



**Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL**

**Estudo do conceito de substantivo em gramáticas de língua portuguesa dos séculos XVI ao XXI e seu reflexo no ensino fundamental atual**

*Thais Amaral Dias<sup>1</sup>  
Celso Ferrarezi Junior<sup>2</sup>*

**Resumo:** Neste trabalho foi realizado um levantamento em algumas fontes bibliográficas em gramática normativa entre o século XVI e o século XXI, observando os conceitos de substantivo nelas apresentados. Como parte da pesquisa, foi realizada uma comparação entre os conceitos da citada classe gramatical e suas significativas mudanças ao longo da história com um livro didático de Língua Portuguesa do sexto ano do ensino fundamental em uso na rede estadual pública de Alfenas, MG, com o intuito de observar como o substantivo tem sido abordado atualmente e verificar de que maneira os compêndios tradicionais influenciam o ensino básico brasileiro. Como resultado, percebemos que há muito mais influência da tradição gramatical do que da ciência linguística no ensino atual.

**Palavras-chave:** 1. Substantivo. 2. Gramática normativa. 3. Teoria linguística. 4. Linguística aplicada ao ensino de língua materna.

**Abstract:** In this work a survey was carried out in some bibliographic sources in normative grammar between the 16th and 21st century, observing the noun concepts presented in them. As part of the research, a comparison was made between the concepts of the mentioned grammatical class and its significant changes throughout history with a textbook of Portuguese Language of the sixth year of primary education in use in the public state network of Alfenas, MG, with the aiming to observe how the noun has been approached today and to verify how the traditional compendia influences Brazilian basic education. As a result, we perceive that there is much more influence of grammatical tradition than of linguistic science in present teaching.

**Keywords:** 1. Noun. 2. Normative grammar. 3. Linguistic theory. 4. Linguistics applied to the teaching of mother tongue.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras.

<sup>2</sup> Orientador. Professor titular do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UNIFAL-MG.

## **Introdução**

O presente trabalho foca o estudo histórico-comparativo do conceito da classe gramatical denominada tradicionalmente como “substantivo”. Nele, objetivou-se fazer uma análise sucinta de diferentes fontes bibliográficas de gramática normativa, no intuito de promover uma discussão sobre o que é formulado a respeito do substantivo nessas gramáticas e em que os conceitos convergem e divergem entre si ao longo da história, como forma de verificar de que maneira esses conceitos influenciam, ainda hoje, livros didáticos de Língua Portuguesa adotados em escolas de Alfenas, MG.

Para tanto, utilizamos gramáticas normativas escritas entre os séculos XVI e XXI e um livro recente do sexto ano do ensino fundamental, voltando-nos para as questões sobre como é abordado o substantivo nesse material. Isso permitiu desenvolver uma linha de análise sobre a variação que ocorreu (ou não) ao longo dos últimos cinco séculos em relação a um conceito gramatical fundamental para o português e como o ensino é afetado por essa evolução.

Como fontes gramaticais principais, usamos a “Grammatica da Lingua Portuguesa” de João de Barros (1.540), a clássica “Gramática de Port Royal” de Arnauld e Lancelot (1.616), a “Grammatica Portugueza” de João Ribeiro (1.905), a “Grammatica Historica da Lingua Portuguesa” de M. Said Ali (1966) e gramáticas da Língua Portuguesa mais modernas, como as de Platão Savioli (1944) e Ernani Terra (2007). O livro didático utilizado é o “Português Linguagens 6º ano” e está em uso em escolas na rede estadual pública de Alfenas.

Nossa pesquisa é, portanto, de natureza bibliográfica e utilizamos a metodologia qualitativa por padrão de comparação de conteúdo nos documentos acima citados, não nos interessando outras questões de ordem textual ou etimológica.

Para tanto, este trabalho está dividido em duas partes distintas: a primeira, seleciona recortes sobre o conceito do substantivo em diferentes fontes e, a segunda, em que analisamos os conceitos elencados nas gramáticas e voltamos o nosso olhar para o ensino do substantivo hoje, especificamente através de um livro didático de língua portuguesa atual para o sexto ano do ensino fundamental.

## 1. O conceito de substantivo ao longo da história gramatical da língua portuguesa

Procuramos estabelecer aqui uma comparação entre diferentes conceitos de substantivo, ao longo da história, presentes em gramáticas de língua portuguesa desde 1.540 d.C. até os dias atuais. O foco deste trabalho é percorrer uma breve trajetória sobre a história do substantivo relacionando noções, aplicações e como ele vem sendo ensinado com base nas gramáticas de cunho normativo. Assim, nos deteremos apenas às análises dessa classe de palavra e em gramáticas da natureza citada. Mas, o que são mesmo gramáticas?

Existem inúmeras definições sobre o que seja uma gramática, porém, segundo Ferrarezi (2000),

*De um modo bem genérico, poderíamos definir gramática de uma língua como sendo o conjunto de todas as regras estruturais e funcionais que ordenam o funcionamento dessa língua. A tradição, porém, acabou promovendo a utilização do nome gramática para designar os livros que deveriam apresentar e descrever esse conjunto de regras estruturais e funcionais. (p. 1).*

Segundo Ferrarezi (2000), a gramática de uma língua pode ser estudada sob distintos conceitos, sendo abordado o seu conteúdo em várias perspectivas. Assim, temos a Gramática Normativa ou Tradicional, a Gramática Histórica, a Gramática Comparativa, a Gramática Descritiva Sincrônica, a Gramática Gerativa e a mais recente Gramática Otimal, entre outras. No entanto, todas elas são, em uma visão geral, divididas entre dois grupos: as normativas e as descritivas (ou científicas) e cada uma delas, em sua totalidade, tem sua parcela de contribuição para o estudo da língua e suas peculiaridades.

Porém, na acepção dos trabalhos que pesquisamos, temos que conceber as gramáticas não como esse conjunto de regras naturais e sistêmicas, mas como volumes prescritivos que definem os elementos de uma língua, quer por tradição filológica, quer por tradição filosófica. Essa natureza inerente aos compêndios prescritivos faz com que seus critérios de análise linguística sejam difusos e nem sempre claramente compreensíveis. Em função disso, ou seja, dessa diversidade de critérios, seria comum pensar que ocorra, comumente, muita discordância entre os autores sobre o que seja determinado elemento gramatical.

Assim, realizando leituras de vários trechos sobre os substantivos em diferentes gramáticas, percebemos que existe uma quantidade de informação muito diversificada

sobre um mesmo tema. Sobre os conceitos distintos referentes a um mesmo tópico gramatical, Mattoso Câmara (2008) vai dizer que os gramáticos correm o risco de fugir da realidade dos falantes e de ficarem presos somente na língua escrita. Contudo, ele afirma que cada um que tentou explicar as regras gramaticais deu sua contribuição, à sua maneira, mesmo que existam graves equívocos. Ele nos ensina que, nos tempos atuais em que temos uma diversidade de teorias bem-sucedidas e avanços nos estudos linguísticos, é necessário se ter um cuidado com o que já foi escrito sobre tal assunto. E Câmara (1960), defende:

*Ora, num momento desses é que se faz particularmente importante uma tomada de consciência em relação aos nossos antecessores. Impõe-se um balanço do que eles pensaram, onde erraram ou ao contrário se aproximaram da verdade, quando viram certo e claramente o disseram, ou, pelo menos, o deixaram entrever numa formulação vaga ou insuficiente. (p. 22).*

Com isso em mente, passemos à seleção dos conceitos sobre o substantivo nas gramáticas anteriormente citadas. Das fontes que utilizamos, a mais antiga é a gramática escrita, ainda em meados do século XVI, pelo português João de Barros. A obra foi escrita com o intuito de normatizar a língua à época, um período da história em que o português, já baseado nas obras de Camões, estava em consolidação como língua escrita.

Antes de definir o substantivo, que é o nosso objeto de estudo, o autor elenca a classe gramatical chamada de “nomes” e os classifica em próprios e comuns. Em seguida, sobre o conceito de substantivo ele vai dizer: “Nome substantivo chamamos àquele que por si pode estar e não recebe a palavra, coisa” (BARROS, p. 6). Entretanto, ele continua sua explicação sobre o substantivo ao mencionar o adjetivo:

*Nome adjetivo ao que não tem por si: mas está encostado no substantivo e pode receber em si esta palavra, coisa, como quando digo: ó que formoso cavalo, que bravo touro. Estes nomes formoso e bravo, são adjetivos: porque não podemos dizer formoso e bravo sem lhe darmos um nome substantivo a que se encostem. E diremos, coisa formosa, coisa brava: e não cavalo coisa, touro coisa, por terem substantivos que não recebem em si outros. (p. 6).*

Na gramática de João de Barros, escrita em 1540, temos o substantivo como a palavra “que por si pode estar e não recebe a palavra, coisa”. Vale a pena lembrar que logo após tal definição, percebe-se que o autor tenta explicar que a “coisa” é na verdade o substantivo, mas que a mesma é aquilo que o substantivo representa, como o touro e,

para melhor esclarecer o leitor, ele exemplifica a “coisa-substantivo” como o touro bravo, sendo o “bravo” o adjetivo. Assim, é surpreendente constatar que João de Barros já havia percebido que o substantivo desempenha a função de base de concordância na língua e que atua de maneira a receber em si os nominais adjetivos, concepção que apenas recentemente está sendo aceita entre os gramáticos como diferencial da classe substantiva. É uma pena que essa visão aguçada e, em boa medida, funcionalista, tenha se perdido por quase 500 anos.

Passemos agora para a Gramática de Port-Royal, escrita no século XVII por dois franceses e que foi uma renomada fonte linguística na época, explicando noções gramaticais importantes. Contudo, ela apresentou divergências quanto ao uso da linguagem e os conceitos estabelecidos nela no decorrer do tempo, pois sua base filosófica era teológica e não linguística. Usando tal fonte, no que se refere ao substantivo, encontramos a seguinte descrição em Arnauld e Lancelot (1992):

*Os objetos de nossos pensamentos são ou coisas, como a terra, o sol, a água, a madeira, o que comumente é chamado de substância; ou a maneira das coisas, como ser redondo, ser velho, sábio etc., o que é denominado acidente. [...] As substâncias subsistem por elas mesmas, enquanto os acidentes só existem pelas substâncias [...] os que significam as substâncias foram denominados nomes substantivos e os que significam acidentes, designando o sujeito ao qual esses acidentes convêm, nomes adjetivos. (p. 31).*

Concomitantemente a essa explicação, os autores discorrem sobre a diferença do substantivo com o adjetivo e explicam que este último pode ser derivado do substantivo e citam como exemplo, cor e colorido, dureza e duro, prudência e prudente.

Vale a pena lembrar aqui que a gramática em questão foi muito discutida por um longo período em vários lugares do mundo, sendo caracterizada como uma obra filosófica, além de atender às explicações das regras gramaticais da língua, de uma forma geral para o contexto da época. Assim, para poder explicar o substantivo, os autores começam falando que os objetos dos nossos pensamentos são as coisas e a elas dá-se o nome de substância e os mesmos ainda afirmam que estas subsistem por elas mesmas. Pode-se ver, portanto e claramente, que o que os monges de Port-Royal estão descrevendo é o processo de criação do mundo segundo a Bíblia, em que as palavras de Deus, que traduzem Seus pensamentos, se transformam nas substâncias que compõem a criação. E que, é nessas substâncias que vão subsistir as propriedades eventuais (ou acidentes), como cores, proporções, formas e outras peculiaridades *adjetivas*.

Já a gramática de João Ribeiro, publicada bem no início do século XX, vai dizer que:

*Substantivo é a palavra que indica um ser, seja coisa, pessoa ou animal. Tudo o que existe na natureza ou no entendimento é substantivo: flor, glória. A noção de ser do substantivo só pode resultar do exame das qualidades que são representadas pelos qualificativos. Assim, todo substantivo representa uma síntese de atributos (flor), ou um mesmo atributo (brancura, beleza, etc.). (p. 13).*

Seguindo a análise da gramática de João Ribeiro, escrita em 1905, já é possível perceber que a nomenclatura que ele usa é mais “atual” do que a de Port Royal, porém, à sua maneira, ele remete exatamente à mesma concepção de que o substantivo é “a palavra que indica um ser, seja coisa, pessoa ou animal”, logo, à relação entre a palavra criadora e seus resultados substantivos. Essa é a “herança filosófico-gramatical” de Port-Royal que passou a praticamente todas as gramáticas normativas neolatinas. Ela foca a linguagem por critérios teológicos e isso vai se firmar a partir do século XVII até os dias atuais.

Assim, no início do século XX, contemporâneo a João Ribeiro, M. Said Ali também publica uma importante gramática brasileira em que mostra o substantivo como:

*As palavras com que se designam os seres e os seus atributos chamam-se simplesmente nomes. É o termo mais desprezioso e mais acertado de toda a nomenclatura gramatical. Fazendo-se, como se faz, distinção entre as denominações dos seres propriamente ditos e as denominações dos atributos de dimensão, tamanho, cor, consistência, etc., pelos quais os diferencamos uns dos outros, torna-se necessário dividir os nomes em substantivos e adjetivos. (p. 45).*

No mesmo período de João Ribeiro, M. Said Ali define substantivo de modo bem sucinto como “As palavras com que se designam os seres e os seus atributos chamam-se simplesmente nomes” (p. 45, 1966). É possível verificar que, embora M. Said Ali prefira chamar os substantivos de “nomes”, está expondo a mesma doutrina de Port Royal.

Tendo registrado algumas definições sobre o substantivo até o início do século XX, partimos agora para as gramáticas chamadas de “modernas” pois foram escritas em um período mais recente. Frente a isso, na gramática de Savioli (1944):

*Substantivo é a classe de palavra que: do ponto de vista semântico, designa todo tipo de ser. Do ponto de vista mórfico, assume as categorias de gênero e número. Do ponto de vista sintático, funciona*

*sempre como suporte ao qual se associam palavras modificadoras. (p. 240).*

Entrando em meados do século XX e já trabalhando com as denominadas “Gramáticas Modernas”, ao usarmos a gramática de Savioli, é possível verificar que ele retoma um pouco das teorias das gramáticas mais antigas, pois preconiza que o substantivo, de forma geral, é a classe de palavra que designa todo tipo de ser e, como vimos, isso é teologia do século XVII. Porém, ele avança um pouco trazendo uma apresentação de critérios mórficos (presença de marcação de gênero e de número) e funcionais (funcionamento como base que recebe os nominais adjetivos, o que retoma João de Barros. Porém, ainda assim o formato conceitual básico é o formato teológico de Port Royal.

Já a gramática de Terra (2007) apresenta um conceito bastante sofrível que diz que: “Substantivo é a palavra variável em gênero, número e grau que dá nome aos seres em geral”. (p. 87). Esse conceito retoma, filosoficamente, as ideias de Port Royal (a relação entre substantivo e “ser”), mas comete uma indesculpável impropriedade descritiva de afirmar que os substantivos apresentam flexão de grau, o que é falso em português, uma vez que a marcação de grau é derivacional ou sintática e nunca flexional, pois sequer existem desinências de grau nessa língua.

É claro que a grosso modo, em todas as gramáticas citadas há a continuação sobre as classificações do substantivo e suas pertinências, porém, como dissemos anteriormente, aqui nos interessa apenas o conceito de substantivo em si.

Com base no que vimos, vê-se que ao longo do tempo, tivemos apenas duas concepções básicas de substantivo nas gramáticas normativas de língua portuguesa que analisamos. Antes de Port Royal (linguístico-funcionalista) e depois de Port Royal (teológico-filosófica). Vale ressaltar aqui que, historicamente, João de Barros, Port Royal e João Ribeiro são as gramáticas normativas mais importantes e reconhecidas. As demais são representantes “genéricas” do que há na área sem modificações significativas.

Agora, nosso foco será voltarmos para o ensino de língua portuguesa no Ensino Fundamental II, especificamente no sexto ano, e procurar estabelecer relações com o que está sendo ensinado sobre o substantivo na escola básica atualmente.

## **2. Um olhar sobre o substantivo em um livro didático atual de Língua Portuguesa de sexto ano do ensino fundamental**

O livro didático que usamos nesta pesquisa foi “Português - Linguagens 6º ano” elaborado pelos autores William Cereja e Thereza Cochar. Trata-se de um volume de 2015, considerado ainda atualizado na rede de ensino pública estadual de Alfenas-MG. Após realizar uma leitura atenta de todo o volume, foi possível encontrar várias menções sobre o substantivo.

O conceito e a respectiva explicação de tal classe de palavras aparecem já bem no início do livro, sendo a primeira conceituação gramatical abordada no volume e seguida pelo tratamento do adjetivo. Antes da abordagem das classes de palavras, o livro traz apenas um capítulo que exemplifica os gêneros textuais e os gêneros do discurso.

Desde a organização do livro já podemos notar a importância que se é dada ao estudo da gramática normativa, especialmente às classes de palavras, como é o caso do substantivo. Assim, aparece o seguinte conceito de substantivo na obra: “Substantivos são palavras que nomeiam seres – visíveis ou não, animados ou não -, ações, estados, sentimentos, desejos e ideias” (p. 91). Nas páginas subsequentes, seguem as classificações dos substantivos como: primitivos, derivados, simples, compostos, comuns, próprios, concretos, abstratos e coletivos. Além dessas definições tradicionais, ao longo do livro, os autores retomam várias vezes exercícios sobre identificação e taxonomia de substantivos, encerrando o tema na metade da obra com o estudo do “grau dos substantivos”, tratado equivocadamente como “flexão”, na página 149.

É curioso que desde a abordagem do conceito de substantivo, até a explicação do grau dos substantivos, os autores acabam entrando em um emaranhado de definições tradicionalistas que dificultam o entendimento dos alunos.

Com base em nossa exposição histórico-conceitual, realizada ao longo deste artigo, podemos ver que os autores do livro didático em questão estão estritamente ligados ao pensamento filosófico-teológico, pois, ao usarem a definição dos substantivos como palavras que nomeiam os seres, fica clara sua filiação ao pensamento dos monges de Port Royal, do século XVII, a despeito de todos os avanços científicos que a Linguística, inclusive a Linguística brasileira têm proporcionado sobre o tema. É frustrante tal constatação e fica claro que, pelo menos nas escolas que adotam esse livro,

o que está sendo ensinado sobre classes de palavras - e que se estende para o restante dos estudos gramaticais - é um cabedal teórico que foge da perspectiva científica. As escolas, a nosso ver, deveriam ser instituições propagadoras das ciências em seu estado atualizado, mas isso não ocorre em relação ao ensino de gramática do português.

Podemos afirmar que o mesmo fato constatado sobre a conceituação do substantivo aqui registrado a partir do livro didático usado em Alfenas, MG, ocorre na escola básica pública de forma geral. Surpreendentemente, analisando informalmente outros livros de Língua Portuguesa da rede pública municipal da mesma cidade, vimos que o viés conceitual teológico-filosófico é comum a todos eles, sendo que todos os livros que verificamos estão inscritos na lista do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que é o programa do Governo Federal brasileiro responsável pela seleção, compra e distribuição de livros e obras didáticas para a educação no Brasil.

Porém, sabe-se que, para um livro estar inscrito nesse programa, passa por várias avaliações sucessivas antes de ser aprovado. Observamos, então, que, por razões que desconhecemos, os critérios usados no PNLD para os livros de Língua Portuguesa não levam em consideração o ensino da gramática em uma perspectiva científica, que abordaria os conceitos gramaticais de maneira mais adequada. Entretanto, como este não era o foco deste trabalho, esta observação serve apenas como alerta sobre o cenário educacional do ensino de português na rede pública, pelo menos na cidade de Alfenas, MG, e na perspectiva dos mais recentes livros didáticos de Língua Portuguesa adotados.

## **Conclusão**

Ao realizar um levantamento sobre a evolução do conceito de substantivo em gramáticas normativas, importantes e referenciais na descrição do pensamento gramatical brasileiro, escritas entre o século XVI e o XXI, foi de extrema relevância observar que, embora apresentando distintas nomenclaturas, em cada uma delas, existe uma visão própria desse objeto do estudo gramatical. Entretanto, a evolução conceitual, ao longo dos séculos, se volta, em sua maioria, para a visão filosófico-teológica exposta pelos monges em Port-Royal (ARNAULD E LANCELOT, 1.616).

Embora tenhamos visto que a maioria das gramáticas e o livro didático aqui elencado têm seus conceitos de substantivo direcionados ao pensamento teológico do século XVII (Port Royal), é importante registrar que existe um caso de viés teórico-conceitual que se diferencia do restante e que aborda o tema na perspectiva linguístico-

funcionalista: surpreendentemente é a obra mais antiga, escrita em 1.540. A gramática de João de Barros é a única cujo autor que vai diferir em nosso estudo a sua conceituação, mostrando que o substantivo desempenha a função de base de concordância na língua e que atua de maneira a receber em si os nominais adjetivos.

Nas demais obras, já contaminadas pelo pensamento de Port-Royal, subsiste uma visão nada científica da gramática do português. Isso, ao longo dos séculos, tem tido três consequências negativas para a educação brasileira, a saber:

a. em função do prestígio que as gramáticas normativas ainda desfrutam no país, essa grande incoerência na descrição gramatical do português impede que os avanços científicos cheguem até a escola básica;

b. tal incoerência dificulta muito o aprendizado escolar da Língua Portuguesa a um ponto em que, com base nossa experiência docente, podemos afirmar que os alunos percebem estar estudando uma língua estrangeira ao invés da própria língua;

c. finalmente, essa incoerência dificulta grandemente o trabalho dos professores, pois eles têm que lidar diariamente com conceitos do século XVII que não se referem à realidade linguística de seus alunos.

Assim, como ocorre nas outras áreas de conhecimento, o mínimo que podemos esperar em breve no Brasil é que a área de ensino de língua materna também assimile a evolução científica, o que, pelo que vimos, passa por uma ação incisiva de políticas públicas que garantam a adoção de livros didáticos conceitualmente mais atualizados.

#### **Referências:**

ALI, M. Said. **Grammatica Historica da Lingua Portugueza**. São Paulo: Editora Proprietária Comp. Melhoramentos de São Paulo, 2ª edição, 1966.

ARNAULD e LANCELOT. **Gramática de Port Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, João. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone: apud Lodovicum Rotorigium, Typographum, 1540.

CÂMARA, J. Mattoso Junior. **As ideias gramaticais de João Ribeiro**. 1960. Disponível em:< <https://revistas.ufpr.br/letras/article/viewFile/19880/13106>>. Acesso dia 25/07/2018.

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens, 6.** - 9. ed. reform. – São Paulo: Saraiva, 2015.

FERRAREZI Jr., C. **Discutindo Linguagem com Professores de Português**. São Paulo: Terceira Margem, 2000).

FERRAREZI Jr., C. **Qual é o Problema das Gramáticas Normativas**. Santos, SP: Instituto Artefato Cultural, 2012.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 12<sup>a</sup> edição, 1905.

SAVIOLI, Francisco Platão. **Gramática em 44 lições: com mais de 1700 exercícios**. 10. Ed. – São Paulo, Ática, 1944.

TERRA, Ernani. **Minigramática**. São Paulo: Scipione, 2007.